

A Formação dos Oficiais do Exército Através da História

Maj Eng QEMA
ALCESTER GUANABARINO DE OLIVEIRA

A — A FASE COLÔNIAL

1 — As origens

Logo após o descobrimento, Portugal passou a enfrentar o problema da defesa da colônia, agravado pelas dificuldades de meios e pela prioridade dada ao comércio com as índias, onde então fazia o seu esforço.

Não descuidou, porém, da Terra de Santa Cruz e a foi fortificando como pôde: a sua costa extensa necessitava de proteção e ao correr do tempo os fortes foram sendo levantados nos pontos estratégicos e brilhantemente escolhidos. A famosa expressão de Martim Afonso de Souza, após o relatório de sua viagem em que propugnava por uma judiciosa escolha dos locais a defender, caracterizava a precariedade dos meios e que precisavam ser bem localizados "por não ser siso esparramá-los por toda a parte". Faltavam a Portugal, não só condições materiais como também

humanas, para atender aos encargos totais.

Logo que possível usou os indígenas para auxiliar a defesa e quando teve o mameluco, este se tornou fundamental no seu esquema.

Esta atividade defensiva, realizada por tanto tempo e com pleno êxito, exigia não só o elemento executor, como também o planejador, o comandante dos variados escalões, os homens com conhecimentos necessários a dirigir os trabalhos de construção, as atividades de combate e a instrução da tropa.

A metrópole, sentindo esta dificuldade, decidiu iniciar aqui a formação dos primeiros oficiais.

Surgiram então as duas primeiras aulas na colônia. Em 1398, no Rio de Janeiro, são ordenadas as primeiras Aulas aos

condestáveis e artilheiros sobre o "uso e manejo" da Artilharia, sendo encarregado o Cap Eng Gregório Gomes Meneses que estava no Brasil desde 1694 como Capitão Engenheiro da Capitania. É curioso citar que o dito Capitão estava preso desde 1697 respondendo a processo administrativo e, por isso, recebeu a incumbência de ministrar as Aulas na própria cadeia onde se encontrava, o que atestava a dificuldade da metrópole em mandar um substituto. No ano seguinte, por Carta Régia de 15 de janeiro, foi criada a Aula de Fortificação. Caberia ao mesmo Capitão o novo encargo. Para o ingresso, exigia-se dos candidatos que tivessem a idade mínima de 18 anos e lhes era dado como acréscimo de soldo, se fossem soldados, "meio tostão por dia".

Previram-se com detalhes as obrigações dos alunos, destacando-se a preocupação com aplicação nos estudos e permitiu-se o ingresso de civis voluntários que "quissem aprender, para que assim possa nesta mesma conquista haver engenheiros".

Era, sem dúvida, um ensino rudimentar e precário o que se constituiu na primeira providência para a Formação dos Oficiais do Exército que viria a ser futuramente o nosso Exército.

Em 1701, Gregório Gomes foi desterrado para a Colônia do Sacramento sendo substituído na Aula de Artilharia por Francisco de Castro Moraes, Mestre de Campo do Terço da Praça do Rio de Janeiro. As preocupações da Metrópole continuaram a estimular

suas providências e em 1703 chegou um oficial granadeiro para instrução da tropa e em 1705 chegaram os Sargentos Antônio João e José Ribeiro nomeados para a mesma missão do oficial granadeiro.

Continuou o Governo insistindo no problema e ainda em 1705 decretava em Carta Régia que "haja ensino de Engenharia em todas as capitâneas onde haja engenheiro às pessoas que quisessem aprender" e, cinco anos depois, era criado o curso de Artíficos de Fogo, dele ficando encarregado o Capitão de Artilharia Antônio Antunes, com direito a uma gratificação de quatro mil réis mensais, além do soldo. As aulas seriam ministradas na própria unidade de Artilharia e assistidas obrigatoriamente por todos os oficiais artilheiros.

O Comissário-Geral de Artilharia do Rio de Janeiro pediu em 1730 ao Conselho Ultramarino uma "casa em que possa estabelecer o curso para o ensino dos artilheiros".

Nota-se desde logo a importância dada ao problema pela obrigatoriedade da frequência, o estímulo através de gratificações e as contínuas providências com vistas à ampliação e motivação para o ensino do oficial.

É o que se depreende ainda da Carta Régia de 19 de agosto de 1738 que continha medidas mais concretas e exigentes a respeito. Previu este documento a instrução dos oficiais de artilharia numa Aula a ser ministrada pelo Sargento-Mor Eng José Fernandes Pinto Alpoim. O curso deveria

ser freqüentado por 5 (cinco) anos no mínimo, com comparecimento obrigatório "devendo ser castigados os que às aulas faltassem". A aprovação neste curso passou a ser condição necessária para a nomeação do oficial. As aulas iriam funcionar no quartel do Terço de Artilharia criado pela mesma carta.

José Fernandes Pinto Alpoim permaneceu no Rio de Janeiro e morreu em 1770. Havia nascido na Colônia do Sacramento e era, portanto, brasileiro. Lecionou também na Aula de Fortificação e fez parte da Junta Governativa que substituiu Gomes Freire, por ocasião de sua morte, no Governo do Rio de Janeiro.

Anteriormente as aulas funcionaram em locais diversos: nas fortificações construídas e em construção e, até mesmo, na cadeia. A partir de 1738 iria funcionar no Terço recém-criado e com finalidades bem claras: formar oficiais do Exército.

Em 1767 o Rei de Portugal ordenava ao Vice-Rei no Rio de Janeiro que o Regimento de Artilharia daqui se amoldasse rigidamente aos de Portugal. Isto repercutiu na formação dos oficiais. Foi estabelecido o programa baseado nas obras de Bernard Forrest Beldor, engenheiro francês. A grande preocupação era a unidade do ensino entre a metrópole e a colônia e, como esta estivesse atrasada em relação àquela, foi quem lucrou com o nivelamento.

A Aula do Regimento de Artilharia foi aumentada da cadeia de Arquitetura Militar passando

a chamar-se Aula Militar, em 1774. A partir de então teve dupla finalidade: formar os oficiais de Artilharia e preparar os oficiais Engenheiros.

Por cerca de vinte anos prosseguiu o ensino com a estrutura estabelecida em 1774 até que D. Luiz de Castro, 2.º Conde de Resende, fundou, em 17 de dezembro de 1793, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro e que iria funcionar na Casa do Trêm, hoje Museu Histórico Nacional. O plano de ensino compreendia o Curso de Matemática e os Exercícios Práticos.

O primeiro abrangia seis anos e compunha-se das seguintes matérias:

- 1.º ano: Curso de Matemática de Beldor.
- 2.º ano: Idem.
- 3.º ano: Teoria de Artilharia, das Minas e das Contra-Minas e a sua aplicação ao ataque e a defesa das Praças, segundo a doutrina de Sam Remy.
- 4.º ano: Fortificação regular, o ataque e a defesa das Praças, os princípios fundamentais de qualquer fortificação.
- 5.º ano: Fortificação Irregular, a efetiva e a de campanha, no que se seguiria a doutrina do Curso de Antoni.
- 6.º ano: Arquitetura Civil, corte das pedras e das madeiras, orçamento dos

edifícios, estudo dos materiais de construção hidráulica, pontes, canais, calçadas, etc.

Convém ressaltar de interessante a recomendação expressa de que "as lentes eram obrigadas a sair ao campo com seus discípulos sempre que o estado do tempo o permitia." A preocupação era válida tendo em vista a duração do curso e a grande carga constituída pelo volume das matérias que poderia conduzir os alunos a um ensino e uma consequente formação exageradamente teórica o que não era objetivo do curso, nem interesse da Coroa. Ela formava os oficiais para desempenhar suas funções efetivamente, aliviando a necessidade da vinda de muitos elementos da metrópole e que lá eram poucos e necessários.

No fim de cada ano letivo havia exame com ponto sorteado vinte e quatro horas antes.

Os alunos dos cursos de Infantaria e de Cavalaria cursavam até o 3.º ano, os de Artilharia até o 5.º ano e os Engenheiros todo o curso.

Esta sistemática de progressividade foi mais ou menos mantida até a criação da Escola Militar quando os cursos passaram a ser separados e, às vezes, paralelos.

A Real Academia formava oficiais de todas as armas e os selecionava por merecimento intelectual, o que não ocorria anteriormente, dando ao aluno alguma liberdade na escolha de sua especialidade, de acordo com a sua

vocação, vontade e capacidade intelectual. Iniciou seus trabalhos com 76 (setenta e seis) alunos, justificando portanto a medida tomada pelo Governo da época.

A Real Academia foi desdobrada em 1795 sendo criada a Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa com a destinação exclusiva de formar oficiais de Infantaria. As razões apresentadas pelo Governo para a medida, estavam calcadas nos resultados pouco satisfatórios obtidos pelos infantés que argumentavam falta de objetividade no programa, orientado mais para atender às necessidades técnicas, necessárias à formação dos artilheiros e engenheiros, agravada pela obrigação diária no quartel onde prestavam serviços. Criado o problema, veio a solução. Pode não ter sido a melhor, porém o Governo não podia admitir alunos freqüentando cursos sem aproveitamento, perdendo tempo e dinheiro. O El-Rei era por demais cioso do seu dinheiro, a ser gasto na administração. Na Carta Régia de 15 de janeiro de 1699 estavam bem claras as suas diretrizes em expressões tais, como: "quando não aproveitem pela incapacidade serão logo excluídos"; "e se evitem as despesas que se fazem ao meu serviço..."

No primeiro ano freqüentaram a Nova Academia 16 (dezesseis) alunos sendo nomeado seu Diretor o Ten Cel Joaquim Xavier Curado.

Todas estas iniciativas apreciadas até aqui estiveram concen-

tradas na Capitania do Rio de Janeiro, porém há notícias de algumas tentativas do estabelecimento do ensino em atendimento às disposições contidas nas Cartas de 1705 e 1713 que ordenavam respectivamente o ensino de Engenharia e das Ciências Militares nas diversas Capitânias.

Na Bahia foi inaugurada, no ano de 1774, uma Aula de Fortificação e Artilharia por iniciativa de seu Governador e Capitão-General D. Manoel da Cunha Menezes. Em Pernambuco, em 1788, D. Tomaz de Mello, também Governador, criou uma Aula Militar e, em 1795, por ordem direta da Metrópole, é criada uma Aula de Geometria sendo depois acrescida das cadeiras de Cálculo Integral, Mecânica e Hidrodinâmica. Todas estas iniciativas duraram pouco e não chegaram a fazer parte da estrutura que vinha surgindo no Rio de Janeiro.

O início do século XIX marcaria acontecimentos político-militares de importância na Europa e em consequência a vinda da Família Imperial. Estava por encerrar-se a fase das providências mais ou menos esparsas, dos primeiros passos por vezes desencorajados, das mensagens a Garcia como as cartas de 1705 e 1713, para dar lugar a uma providência realmente concreta, baseada em uma nova realidade e urgente necessidade, surgida e agravada pelos acontecimentos na Europa a influenciar o Brasil, face as suas riquezas e, agora, sede do Governo Português.

Não significava isto, entretanto, que o tempo anterior fora

perdido. O novo período iria, por certo, se valer dos ensinamentos adquiridos e da estrutura, ainda que tênue, já instituída.

2 — A implantação

D. João VI manteve de início o que havia quanto ao ensino no Exército de então e referente a formação dos oficiais, ampliando o ensino na Academia Militar que funcionava na Casa do Trem com as cadeiras de língua Inglesa e de Química, respectivamente em 30 de maio de 1809 e 6 de julho de 1810.

Ainda neste ano, pela Carta de Lei de 4 de Dezembro, criou a Academia Real Militar centralizando o ensino que estava dividido desde o tempo da criação da Nova Academia em 1795. A inauguração do novo estabelecimento deu-se em 23 de abril de 1811 no mesmo local da anterior — Casa do Trem.

No ano seguinte foi transferida para o Largo de São Francisco em um prédio anteriormente destinado à instalação da Catedral do Rio de Janeiro e que teve sua construção alterada e acelerada para abrigar a Real Academia Militar.

O seu regulamento previa minuciosa organização pedagógica com o curso em 8 (oito) anos, funcionando inicialmente com 7 (sete) anos. Estabelecia um curso completo de "ciências matemáticas, de ciências de observação quais a Física, Química, Mineralogia, Metalurgia, História Natural" e "das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tá-

tica como de fortificação e artilharia”.

O ingresso era feito mediante requerimento à Junta Militar que dirigia a Academia sendo o interessado submetido a um exame de Aritmética. A idade mínima requerida era de 15 anos de idade e escolheriam arma no fim do 4.º ano. Como ocorria anteriormente, os destinados às Armas de Infantaria e Cavalaria cursavam parte do período e os candidatos à Artilharia e a oficiais engenheiros teriam que completar todo o curso. Neste caso, os primeiros iam até o 5.º ano.

As matérias militares estavam reunidas a partir do 5.º ano e fora revigorada a obrigação dos professores de “sair ao campo com seus discípulos para os exercitar na prática do que nas aulas teóricas lhes ensinavam”.

Com a presença do governo na cidade do Rio de Janeiro, mais se sentiu a tendência centralizadora que afinal foi característica geral do governo português. A Academia estava subordinada diretamente ao Ministro da Guerra e o programa foi rigidamente fixado pela Carta que criou a Academia. O ensino continuava a se firmar, porém agora enfatizava o campo científico com os quatro primeiros anos isentos de matérias militares.

B — O IMPÉRIO

O episódio de 7 de setembro de 1822 não causou de imediato grandes mudanças na organização do ensino militar e particularmente na formação dos ofi-

ciais do Exército, agora, Exército Brasileiro. A Academia passou a chamar-se Imperial Academia Militar e em 1832 lhe foi anexada a Academia da Marinha que entretanto, no ano seguinte voltou a separar-se.

Até 1839, várias modificações foram introduzidas nos currículos acadêmicos sem que se modificassem aqueles objetivos fixados pela orientação científica anterior. Alguns dispositivos prevendo o ensino prático não chegaram a produzir resultados mercê da mentalidade dos lentes e das dificuldades materiais para montar convenientemente uma estrutura que permitisse um ensino prático satisfatório.

Nesta época surgiram os decretos de 14 de janeiro e 22 de fevereiro (1839) que estabeleceram novas diretrizes para formação dos oficiais com a criação da Escola Militar, calcada na organização em vigor da Escola Politécnica e na de Aplicação da cidade de Metz, na França, e contendo o curso das três armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia, bem como os cursos de Estado-Maior e de Engenharia. Houve uma redução do curso para 5 (cinco) anos e um remanejamento de matérias entre os diversos anos, com algumas substituições, mas não houve mudança na tendência do ensino, menos consagrado ao campo militar. Desde a introdução do curso de Beldor até a criação da Escola Militar, foi nítida a influência da cultura militar francesa, através inicialmente do governo português. Não se pode, entretanto,

culpar esta influência pela tendência humanista que se delineava na formação dos oficiais. Ocorre que se transportou apenas a parte teórica, isto é, parte da cultura militar francesa. Os meios materiais para empregar a teoria eram deficientes como já foi dito e a reação dos professores completava o quadro, reforçada pelas diretrizes constantes das Cartas Régias e Cartas de Lei que previam extenso programa e numeroso grupo de matérias.

A tendência bacharelesca iria atingir elevado grau com a reforma de 1.º de março de 1845 que criou, para espanto de muitos, o "grau de doutor e bacharel em ciências físicas e matemáticas".

O curso voltava à duração de 7 (sete) anos, estudando-se nos primeiros quatro as "ciências propriamente ditas desde a matemática elementar até a astronomia e a geodésia". Nos dois seguintes distribuíam-se as matérias militares e finalmente no último ano encontravam-se a arquitetura civil, a hidráulica e o desenho.

Estava a formação dos oficiais em plena época das mudanças frequentes, com criação de escolas, modificação de programas e troca de nomes. Caracterizava-se uma certa indecisão ou um acompanhamento atabalhado, às variações da política imperial a respeito das forças de terra, exatamente dentro de um período agitado na política nacional.

Em 1851 o Decreto n.º 634 criou na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul um curso de Infantaria e de Cavalaria, análogo ao da Escola Militar da Corte. A criação deste curso quebrou a unidade de ensino existente, porém é fácil avallar algumas servidões que conduziram à medida, particularmente os problemas de ordem militar na fronteira sul e que condicionaram por muito tempo a articulação da maioria dos meios do Exército e a dificuldade de comunicações com a Corte no Rio de Janeiro favorecendo-se assim o recrutamento dos futuros oficiais, pelo menos de Infantaria e de Cavalaria.

Em 1855 foi criada a Escola de Aplicação no Rio de Janeiro e mandada instalar na Fortaleza de São João no dia 1.º de maio. Isto determinou a modificação no programa da Escola Militar que foi bruscamente reduzido de dois anos, em virtude de terem as matérias militares passado à responsabilidade da nova escola.

Após três anos, novas mudanças são determinadas: a Escola Militar era transformada em Escola Central, a de Aplicação em Escola Militar e de Aplicação e os Cursos do Rio Grande do Sul em Escola Militar Preparatória.

Por esta nova concepção, à Escola Central cabia a formação dos engenheiros civis e militares e obrigados aos exames e exercícios militares somente nos períodos das férias; a Escola Militar e de Aplicação, que se dedicava ao estudo das disciplinas milita-

res das diversas armas enquanto a Escola Militar Preparatória recebia uma destinação meio obscura de se dedicar "ao ensino das matérias preparatórias exigidas para os cursos das diversas armas", não ficando definida claramente a necessidade deste curso para ingresso na Escola Militar e de Aplicação.

Os futuros oficiais de infantaria e cavalaria faziam o 1.º ano da Escola Central e o 1.º ano da de Aplicação. Os de artilharia e de estado-maior, três e dois num total de cinco e os engenheiros combinavam quatro e dois.

Mais duas reformas vieram em seguida. Em 1860, a Escola Militar e de Aplicação passa a ser Escola Militar e a de Porto Alegre Escola Militar Auxiliar. A matrícula na Escola Militar dependia da aprovação no ano 1.º da Escola Central. O curso completo compreendia dois anos em cada Escola segundo Lima Figueiredo, entretanto Marques da Cunha mantém intato o curso da Escola Central, no seu estudo retrospectivo do Ensino.

Três anos mais tarde, às vésperas das Guerras no Sul, o General Polidoro promulgou nova organização escalonando as escolas para oficiais do seguinte modo: Escola Preparatória; Escola Militar; Escola Central.

A principal modificação era a inversão quanto ao posicionamento da Escola Central para onde iriam os que terminassem o curso da Militar (3.º ano), em condições para prosseguir no Curso de Estado-Maior de 1ª classe e de Engenharia. Anexa à Escola Mil-

itar foi criada uma Escola Preparatória, idêntica à de Porto Alegre.

Vivia-se realmente uma fase continuada de experiências, sem muita duração no tempo para fixá-las ou colher ensinamentos, tornando-se difícil entender a inconstância e o açodamento com que eram decretadas. O Cel. Marques sentenciou: "tem-se a impressão de que executaram vagos e incoerentes ensaios, tateando a esmo, sem uma orientação segura, acompanhando apenas as oscilações dos partidos políticos ou os caprichos dos poderosos do dia".

A conclusão de Lima Figueiredo não é menos contundente: "a preocupação do título de doutor, do anel, do bacharelismo, deu ao Exército uma mentalidade errada, de academicismo, totalmente incompatível com a missão que lhe está confiada."

Lamentavelmente, foi esse ambiente que desembocou na década de 60 do século passado, esbarrando nas Guerras que seriam travadas de 1864 a 1870, obrigando o Exército a se valer de muitos oficiais formados na tropa e tantos outros nascidos nos próprios campos de batalha, inclusive das campanhas de 51-52. E, o que foi pior, os ensinamentos que poderiam ter sido auferidos, foram lançados fora, no dizer de muitos historiadores, inclusive o General Alencar Araripe, transcrevendo desabafo do General Tasso Fragoso.

A Guerra da Triplíce Aliança interrompeu as modificações porque as Escolas foram fechadas (!) durante o período das lutas no

Sul. Em 1874, surgiu então a reforma realizada sob a gestão do Ministro João José de Oliveira Junqueira.

O decreto de 17 de janeiro fixava basicamente:

- A Escola Central passava à jurisdição do Ministro do Império, tomando mais tarde o nome de Escola Politécnica;
- A Escola Preparatória permanecia anexa à Militar com o curso de 3 (três) anos.
- A Escola Militar com 5 (cinco) anos de curso escalonados dentro da sistemática usual e funcionando na Praia Vermelha;
- O Curso de Infantaria e Cavalaria da Província do Rio Grande do Sul com curso de 2 (dois) anos; acrescido em 1877 de mais um ano. Posteriormente (1881) passava a chamar-se Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul. Em 1884 contaria também com um curso de artilharia em três anos como o da Escola Militar da Corte.

Pode-se notar, examinando os currículos, que apesar de tudo houve uma correção do sentido bacharelesco imperante antes da Guerra do Paraguai e cujos frutos amargos já haviam sido provados. O desdobramento da Escola Central quebrava uma tradição mas desobrigava o Exército da formação dos engenheiros civis. Foi uma reforma, ainda que levemente, voltada para o campo militar. Não surtiu melhores efeitos por contingências outras, particular-

mente o ambiente político da época que desviou até certo ponto a motivação e a inspiração dos jovens militares da profissionalização para os apaixonantes temas abolicionistas e republicanos que agitaram a fase final do Império.

A última reforma do Império veio em 9 de março de 1839 com o Conselheiro Tomaz José Coelho de Almeida com algumas medidas importantes mas sofrendo, com maior carga, as consequências políticas da época e o desfecho da Proclamação da República.

Continuou a tendência da reforma de 74 alargando o campo para o ensino profissional que era chamado de ensino prático, com sentido depreciativo, talvez.

As Escolas Militares foram fixadas em número de 3 (três): Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza. Iriam ministrar um curso preparatório de 3 anos e, os cursos de infantaria e cavalaria, de dois anos de duração, mantendo a Escola do Sul, o curso de artilharia que já existia.

A Escola Superior de Guerra se encarregaria dos cursos chamados de superiores: Artilharia e o outro de Estado-Maior e Engenharia. Ali seriam ministrados os conhecimentos profissionais de artilharia e já havia uma observação para o estudo de estado-maior: em tempo de paz e de guerra. Funcionaria num prédio, da Capital, à Rua Pedro Ivo (atual Av. Pedro II). A duração do curso seria de 4 anos. Havia também uma referência aos Campos de Tiro onde seriam praticadas as técnicas de tiro de todas

as armas. A Escola Superior de Guerra, na parte do ensino fundamental, completaria os conhecimentos inicialmente adquiridos nas Escolas Militares.

No bojo desta reforma foi criado o Imperial Colégio Militar que atravessaria todas as reformas subsequentes até os dias atuais e cujos serviços prestados ao Exército e à Nação extravasam os objetivos deste trabalho. Citá-lo aqui como homenagem ao seu fundador — Conselheiro Thomaz Coelho — é tudo que desejamos.

Com o advento da República estava por encerrar a fase imperial. O Ensino Militar e consequentemente a formação dos oficiais do Exército cumpria mais uma etapa e já contava quase duzentos anos desde as primeiras manifestações do fim do século XVII.

Sofreu durante os dois impérios cerca de 25 reformas, numa média de uma em cada três anos. Começou teórico, cresceu e se tornou bacharelesco e ao final procurava conciliar o binômio teoria-prática. Muitas vezes os regulamentos deixaram de ser cumpridos ou provados, a dificuldade material impediu progressos, a mentalidade ocasionou reações passivas e em outras tantas ocasiões houve motivações, houve melhoria, houve progresso. O oficial, no conjunto da sociedade da época, chegou ao fim do Império em destaque pela sua cultura. No período colonial, era secundária, de início, a sua posição.

As distorções verificadas na década de 80, como já dissemos, estiveram mais por conta do am-

biante sócio-político que a Nação viveu e que desaguou na República.

Contudo, estava implantado definitivamente um mecanismo de formação dos oficiais do Exército Brasileiro e que daí para a frente, apesar dos problemas a enfrentar, seria definitivo.

C — A REPÚBLICA

I — A luta ideológica

Como não podia deixar de ser, a República viria provocar uma reforma da estrutura da formação dos oficiais visando adaptá-la à nova filosofia implantada no país.

As modificações ocorridas após 1870 foram significativas ainda que não se tenham aproveitado convenientemente os ensinamentos adquiridos nos campos de batalha.

A influência dos positivistas anulava de certo modo as tentativas de orientar a formação dos oficiais do Exército na direção do estudo sério da arte da guerra e dedicação exclusiva à nobre carreira militar. Eram eles, os positivistas, influentes, capazes, líderes, professores proeminentes e, também, *pacifistas* e contrários à guerra, defendendo uma utópica teoria pacifista universal.

A reforma Benjamin Constant, em 30 de abril de 1890, corrigiu a tendência que vinha de 1874 e estabeleceu um novo sistema que ficou conhecido como Filosófico e representava claramente a personalidade, a tendência e o pensamento do seu criador.

A nova formação dos oficiais obedecia à seguinte seqüência:

- Escola Militar (Rio de Janeiro — Porto Alegre — Fortaleza)
- Curso preparatório: 3 anos
- Curso geral: 4 anos
- Curso das três armas: 1 ano
- Escola Superior de Guerra
 - Artilharia — 1 ano
 - Estado-Maior — 2 anos
 - Engenharia 2 anos
- Escolas Práticas (Rio de Janeiro — Rio Grande do Sul)
 - Do Exército
 - De Infantaria e Cavalaria

Os cursos apresentavam uma extensão demasiada, fugiam ao objetivo principal que era a Formação do oficial do Exército pela enorme quantidade de matérias de caráter puramente teórico. O Cel. Marques da Cunha que tendo sido aluno do criador da reforma não pode ser considerado hostil ao pensamento positivista, concluiu sua opinião nos seguintes termos: "O resultado era a fadiga do espírito, a pouca importância das necessidades concretas da profissão, pois as abstrações da ciência e da filosofia a todos empolgavam por completo".

Na verdade, nove anos depois, quando foi derrubada, não havia sido instalada a Escola Prática prevista para o Rio de Janeiro, prova da pouca importância que lhe foi atribuída.

"Rei morto, Rei posto!" Desaparecendo a figura que a havia

implantado, a reforma não resistiu ao tempo e às críticas que lhe eram dirigidas.

Em 1896, o Ministro da Guerra, General Argolo, faz oficial e publicamente a primeira investida sobre a estrutura vigente, acusando-a de inócua, e volta a carga em 1897 defendendo uma linha técnico-militar completada dos conhecimentos teóricos julgados indispensáveis. O Congresso autoriza então a reforma que sai em 18 de abril de 1898, sob a gestão do Marechal João Tomaz de Cantuária e cujas bases gerais eram as seguintes:

- Escola Militar do Brasil, resultado da fusão da Escola Militar com a Escola Superior de Guerra
- Escola Preparatória e Tática (duas)
 - Realengo
 - Rio Pardo

As Escolas Preparatórias ministravam um curso de 3 (três) anos, assegurando o ingresso na Escola Militar do Brasil onde o curso das três armas durava 3 (três) anos e, o curso superior, (Estado-Maior e Engenharia) dois anos.

A nova estrutura era inferior à anterior sob o ponto de vista científico e filosófico, porém esta foi a sua razão de ser: minimizar a teoria em proveito da técnica militar.

O ambiente gerado pela luta entre positivistas e não positivistas apaixonou o meio militar, o que pode ser deduzido dos comentários constantes da bibliografia que trata do assunto e que

reproduzimos em alguns lances para melhor ilustrar o fato. Lima Figueiredo exulta com a autorização do Congresso Nacional: "é derrocada a Babe", "foi de arromba a decisão, cabendo a honra de executá-la"...; Tarso Fragoso foi lacônico: "um retrocesso"; Gen Tito Escobar: "raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplos deles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sófregos e espertíssimos, eruditos professores de matemática, ciências físicas e naturais, bons amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes". Finalmente o autor de Casernas e Escolas ironizava: "o curso geral das Escolas Militares dava direito ao título de bacharel em ciências, isso jamais poderá entrar na cabeça dum soldado cem por cento".

A agitação provocada pelo problema da vacina obrigatória determinou o fechamento das Escolas Militares e facilitou nova reforma em 2 de outubro de 1905, sob a gestão do Marechal Francisco de Paula Argolo, então Ministro da Guerra.

Passou-se a seguinte organização, seguindo agora a tendência antilivresca e enfatizando o ensino militar, aparecendo o estudo da História Militar, Aplicação Prática da Topografia e a Balística, entre outros assuntos:

- Escola de Guerra (Rio Grande do Sul — 2 anos)

- Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria (Rio Pardo — 10 meses)
- Escola de Artilharia e Engenharia (Realengo — 2 e 3 anos)
- Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia (Curato de Santa Cruz — 10 meses)
- Escola de Estado-Maior (Praia Vermelha — 2 anos)

A Escola de Estado-Maior foi o grande passo na formação do oficial do Exército, sendo os oficiais recrutados em concurso entre oficiais até o posto de capitão.

Por outro lado, a Escola prevista para o Curato de Santa Cruz não chegou a ser instalada e em 1911 foi extinta a Escola de Rio Pardo.

Como consequência das reformas empreendidas pelo Marechal Hermes da Fonseca quando Ministro da Guerra, a partir de 1907 surgiram as modificações ditadas pelo Decreto de 30 de abril de 1913. Permanece a Escola de Estado-Maior, surgem mais dois Colégios Militares (Porto Alegre e Barbacena). No Realengo ficariam reunidas as Escolas: Militar e Prática do Exército.

Outros reajustamentos são realizados durante o período da 1ª Guerra Mundial.

Uma tendência nova surgia com a gestão de Hermes da Fonseca: procurar no exterior através do contato direto, as bases, as informações e os ensinamentos a fim de modernizar o Exército e

em conseqüência melhor adequar a formação dos quadros, particularmente dos oficiais.

2 — As missões estrangeiras

A influência dos oficiais que foram à Alemanha — Missão Indígena — parecia levar à solução da missão alemã, entretanto a guerra retardou a solução e a vitória dos aliados foi fator decisivo para o contrato da Missão Francesa, cheflada pelo General Maurice Gamelin, com base no Decreto nº 13.451, de 24 de janeiro de 1919, que reorganizou o ensino no Exército com repercussão principal na formação dos oficiais.

Várias escolas foram criadas, outras modificadas e ampliadas, resultando o seguinte:

- Escola Militar (Realengo);
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Vila Militar);
- Escola de Estado-Maior (Andaraí — Rio de Janeiro).

Cursos:

- Veterinária;
- Aviação;
- Administração.

Prevía-se ainda um Curso Técnico de Artilharia e de Engenharia para os tenentes que desejassem exercer funções técnicas nos Serviços de Material Bélico e de Engenharia. Os primeiros oficiais seriam diplomados no estrangeiro e posteriormente seria criada uma Escola de Artilharia e Engenharia.

Na Escola de Estado-Maior funcionaria ainda um curso de Revisão, facultativo e sem pre-

juízo do serviço, e dez anos depois o diploma da Escola passaria a ser requisito para a promoção ao posto de General.

Em abril de 1921 foi aprovado o Regulamento das Escolas de Intendência em número de três: Superior de Intendência, Administração Militar e Curso de Contadores.

O Serviço de Veterinária foi organizado em dezembro de 1921, porém desde 1914 funcionava em S. Cristóvão a Escola de Veterinária e nesta mesma data foi criada a Escola de Aplicação do Serviço de Saúde com cursos de formação e aperfeiçoamento.

Completando as providências apareceram as Escolas de Educação Física e o Centro de Instrução de Transmissões.

Caracterizando a fase das Missões chegou logo em seguida ao Brasil a Missão Austriaca que revolucionou as ações no Exército no campo da Geografia como instrutora do Serviço Geográfico e particularmente da Escola de Engenheiros Geógrafos.

Em 1930 foram estabelecidas as bases para o ensino técnico com os cursos tendo início no ano seguinte na Escola Politécnica.

Quatro anos depois chegava a Missão Americana de se dedicaria ao ensino teórico e prático da teoria e da tática de Artilharia de Costa.

A complexidade a que atingia a estrutura do ensino fez surgir a Inspetoria-Geral do Ensino do Exército destinada a ser a cúpula do ensino como órgão de direção e coordenação.

Em 1939 foi criada a Escola Preparatória de Cadetes e extintos os Colégios de Porto Alegre e Fortaleza.

Finalmente, sob o influxo da 2ª Guerra Mundial eram criados dois Centros: Instrução de Defesa Antiaérea e Motorização-Mecanização, núcleos das futuras Escolas de Defesa Antiaérea e Motomecanização.

Nesses vinte anos uma mudança de grande profundidade se verificou na estrutura do ensino com conseqüências profundas na formação e na mentalidade dos oficiais do Exército.

Várias escolas foram criadas e o progresso técnico da arte da guerra obrigou a especialização do oficial.

A presença da Missão Francesa nos diversos graus da formação dos oficiais a partir da EsAO causou verdadeiro rebuliço nas técnicas de ensino existentes e a prática, isto é, o ensino profissional, ocupou o seu lugar, sem que o ensino fundamental fosse descurado.

As repercussões no Exército foram de tamanha amplitude que justificam um trabalho específico, analisando suas influências.

3 — A Lei de 1942

A derrota da França e a generalização do conflito europeu acabou levando o mundo à 2ª Guerra Mundial com o envolvimento do continente americano.

A Missão Francesa se retirou em 1940, deixando aqui uma marca notável, fruto de vinte anos de trabalho.

Em 1942, surgiu a nova Lei do Ensino Militar com a finalidade da "preparação técnico-profissional do pessoal de enquadramento em todos os escalões da hierarquia, tanto da Ativa como da Reserva."

O compromisso do Brasil de enviar tropa para a luta na Europa obrigou a uma adaptação da organização de base francesa para atender à estrutura existente no Exército Americano. Vários oficiais foram mandados cursar nos Estados Unidos e febril atividade foi executada nos diversos escalões, atingindo também as Escolas, particularmente as de Especialização, Aperfeiçoamento e Estado-Maior.

A passagem, ou melhor, a mudança da influência, foi facilitada, no que se refere à preparação dos oficiais, pela estrutura deixada pelos franceses que valorizaram a preparação profissional sem descuidar da cultura geral de que necessita o oficial.

A nova Lei enveredava por caminho antes abandonado que era a preparação do oficial da reserva com a criação dos CPOR e NPOR, de onde sairia grande número de oficiais para a campanha da Itália.

A estrutura do ensino, na parte dos oficiais ficou assim estabelecida:

- Colégio Militar do Rio de Janeiro, fonte facultativa;
- Escolas Preparatórias (Fortaleza-CE — São Paulo-SP Porto Alegre-RS — 3 anos);
- Escola Militar (em transição do Realengo para Resende

- 3 anos — todas as Armas e Serviço de Intendência);
- Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, abrangendo:
 - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
 - Escola de Instrução Especializada;
 - Escola de Motomecanização;
 - Escola de Transmissões;
 - Curso Especial de Equitação;
- Escola de Saúde do Exército;
- Escola de Veterinária do Exército;
- Escola de Educação Física;
- Escola de Artilharia de Costa;
- Escola de Para-quedistas;
- Centro de Defesa Anti-aérea;
- Escola Técnica do Exército;
- Escola de Estado-Maior.

Posteriormente as Escolas enquadradas pelo Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo foram sendo liberadas, ampliadas e modernizadas; as Escolas Preparatórias reunidas em Campinas e outros Colégios Militares foram criados. A Escola Militar transferiu-se efetivamente para Resende e denominada Academia Militar das Agulhas Negras e seu curso passou a ter a duração de 4 anos. A Escola de Motomecanização passou a ser Escola de Material Bélico ampliando-se os seus encargos, e a Escola Técnica deu origem ao Instituto Militar de Engenharia. O curso de Equitação foi elevado a

Escola e no campo da Artilharia foram reunidas as especialidades de Defesa Anti-aérea e Costa. A Escola de Para-quedistas foi absorvida pela Brigada Aeroterrestre onde existe hoje o Centro de Instrução Gen Penha Brasil.

D — CONCLUSAO

Longo caminho foi percorrido desde a inauguração da primeira Aula de Fortificação até os dias atuais.

As motivações foram se modificando, primeiro a defesa da colônia, depois a manutenção da integridade da nova Nação passando aos compromissos internacionais assumidos que nos levaram à Segunda Guerra Mundial e, finalmente, hoje, a necessidade de compatibilizar o preparo dos oficiais com um Exército cada vez mais sofisticadamente equipado.

A evolução foi demorada, por vezes tumultuada, influenciada ora por fatores políticos externos, como as guerras no Sul, ora pela agitação político-social que se desenvolvera durante o Império e se prolongara pela República.

A formação dos oficiais sofreu desde cedo a influência da cultura francesa através das obras de Bellidor, Remi e outros. Caminhou para o campo das ciências, deixando de lado, por vezes, a preparação profissional, chegando ao auge sob a influência dos positivistas. O caráter acadêmico e teórico tem raízes na própria mentalidade do povo latino.

O equilíbrio entre a cultura científica de base e o conhecimento

dos assuntos técnico-profissionais deve ser preocupação diária para se evitar o oficial puramente teórico ou o prático destituído do alicerce cultural necessário a um Comandante dos diversos escalões.

As críticas feitas aos governos colonial e nacional pelas distorções ocorridas ao longo da História são, muitas vezes, desculpas para encobrir os nossos próprios vícios e as nossas tendências para o abstrato, a discursão e o malabarismo literário.

A Missão Francesa revolucionou a sistemática existente no Exército Brasileiro e mostrou principalmente que a cultura francesa havia sido sempre culpada indevidamente. A tônica da modificação foi o sentido profissional dado ao ensino, a ida para o campo, os temas táticos aplicando a doutrina, o conhecimento da técnica do emprego dos materiais, o emprego tático das diversas armas. De

fato, havíamos assimilado apenas uma parte relegando a outra, tão importante como necessária.

Finalmente, a vitória dos aliados e o surgimento dos Estados Unidos como a maior potência do mundo ocidental deslocou a influência para a América do Norte. Passaríamos a receber agora os influxos do pragmatismo anglo-saxônico. Nova organização seria prevista para atender a mudança e a característica de adaptabilidade do brasileiro iria facilitar-nos a missão.

A estrutura do ensino cresceu bastante, mais de uma dezena de Escolas e Centros passaram a se encarregar da preparação especializada dos oficiais.

A antiga colônia é hoje uma nação em pleno processo de desenvolvimento, o Exército terá que acompanhar esta dinâmica e se manter atualizado repercutindo na formação dos seus oficiais.

* * *

NR — Este artigo constituiu monografia do autor quando aluno da ECEME e foi selecionado pela Escola para publicação.

BIBLIOGRAFIA

- O ENSINO MILITAR DO BRASIL (Período Colonial) — Coronel Adalton Sampaio Pirassununga — Biblioteca do Exército — 1958
- CASERNAS E ESCOLAS — Lima Figueiredo — Biblioteca Militar — 1945
- TASSO FRAGOSO — Gen Tristão de Alencar Araújo — Biblioteca do Exército — 1960
- OPORTUNIDADES DE PREPARAÇÃO NO ENSINO MILITAR — Ministério da Educação e Saúde — INEP — 1951
- O ENSINO MILITAR NO BRASIL — Instituto dos Docentes Militares — Jornal do Brasil — 1922
- MARECHAL CASTELLO BRANCO, SEU PENSAMENTO MILITAR — SGeEx — Imprensa do Exército — 1968
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA — Ano de 1960 — números 1 e 2, volume 71 — números 3 e 4, volume 72
- FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — Samuel Guimarães da Costa — Biblioteca do Exército — 1957